



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



SEGUNDA CÂMARA

SESSÃO DE 03/05/2022

ITEM Nº 098

TC-002975.989.20-3

Prefeitura Municipal: Rifaina.

Exercício: 2020.

Prefeito: Hugo César Lourenço.

Advogado(s): Washington Fernando Karam (OAB/SP nº 98.580).

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-17.

Fiscalização atual: UR-17.

Aplicação total no ensino	25,48% (mínimo 25%)
Investimento no magistério – verba do FUNDEB	88,35% (mínimo 60%)
Total de despesas com FUNDEB	100%
Investimento total na saúde	28,85% (mínimo 15%)
Transferências à Câmara	Em ordem
Despesa de Pessoal	41,58% (máximo 54%)
Encargos sociais	Em ordem
Subsídios dos Agentes Políticos	Pagamentos à maior (já restituídos)
Precatórios e Obrigações Judiciais	Falhas nos registros (relevado)
Resultado da execução orçamentária	Superávit de R\$ 3.935.119,41 (11,52%)
Resultado financeiro	Positivo em R\$ 5.113.754,34
Restrições Fiscais do Último Ano de Mandato	Em ordem
Restrições da Lei Eleitoral	Criação de novo programa de benefício fiscal

	2019	2020	Resultado
IEGM	C+	C+	
i-Educ	C+	C+	Dados gerais educação, Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-Saúde	B	B	Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
i-Planej	C	C	Investimento, Pessoal, Programas e Metas.
i-Fiscal	B	B	Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-Amb	C	C	Contingenciamento, Infraestrutura, IQR, Plano Municipal de Saneamento Básico, Programa Ambiental, Resíduos Sólidos.
i-Cidade	B+	B	Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SIDEC (DEFESA CIVIL).
i-Gov-TI	C	C	Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.

A- Altamente Efetiva / B+- Muito Efetiva / B – Efetiva / C+- Em fase de adequação / C- Baixo nível de adequação

Porte Muito Pequeno
Região Administrativa de Franca
Quantidade de habitantes: 3.640

Em exame, contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de **RIFAINA**, cuja fiscalização *in loco* esteve a cargo da Unidade Regional de Ituverava – UR-17.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



As contas foram objeto de prévio Acompanhamento Quadrimestral que, a fim de oportunizar à Administração ajuste tempestivo das ações que apresentassem tendência de descumprimento, conforme relatórios que constam dos eventos 23.14 e 44.7.

Foi autuado o processo TC-014401.989.20-7 para acompanhamento específico dos atos, receitas e despesas destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, nos termos do Comunicado SDG nº 18/2020, cujos resultados subsidiaram a análise da matéria.

No relatório do encerramento do exercício, constante do evento 70.23, as impressões e os pontos destacados na conclusão dos trabalhos se referem aos seguintes itens:

ITEM A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

- Nem todos os indicadores do Plano Plurianual - PPA são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas;
- Não há acompanhamento da execução do planejamento, o que compromete o fornecimento de informações tempestivas para tomada de decisão pelo gestor municipal.

ITEM B.1.5. PRECATÓRIOS

- O Balanço Patrimonial não registra corretamente a dívida de precatórios do órgão para o exercício seguinte, e houve equívoco no elemento orçamentário utilizado na classificação da despesa com requisitos de pequeno valor, prejudicando os princípios da transparência fiscal (art. 1º, § 1º, da LRF) e da evidência contábil (art. 85 da Lei nº 4.320/64).

ITEM B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

- A Prefeitura criou novo programa de concessão de benefícios fiscais (REFIS) no exercício em análise, por meio da Lei Municipal nº 1.933, de 03 de março de 2020, em afronta ao disposto na Lei Eleitoral, em seu art. 73, § 10.

ITEM B.3.2. TESOURARIA

- Consta pendência na conciliação bancária da Prefeitura, no valor de R\$ R\$ 123.488,37, decorrente de transferências efetuadas em 2018 por autor desconhecido, mediante fraude aplicada sobre o responsável pela Tesouraria;
- A sindicância instaurada em 08/10/2018 para apuração da responsabilidade do tesoureiro permanece suspensa até a presente data, demonstrando inércia por parte da Administração Municipal para apurar o ocorrido.

ITEM B.3.3. RENÚNCIA DE RECEITAS

- A Prefeitura efetivou renúncia de receita irregular no exercício, pois concedeu benefícios fiscais por meio da Lei Municipal nº 1.933, de 03 de março de 2020, sem o atendimento das disposições do art. 14 da LRF.

ITEM C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C+

- Nem todos os professores de Pré-Escola possuem formação específica de nível superior, conforme art. 62 da Lei Federal nº 9.394/1996;
- Nem todos os diretores de Pré-Escola e Anos Iniciais participaram de cursos de capacitação no ano de 2020, contrariando a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014) e o inciso II do art. 67 da Lei Federal nº 9.394/1996;
- Havia unidades de ensino que necessitavam de reparos em dezembro de 2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



ITEM E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

- O Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) não possuem cronograma com as metas a serem cumpridas, contrariando a Lei Federal nº 11.445/2007 e a Lei Federal nº 12.305/2010, respectivamente.
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado, contrariando o artigo 11 da Resolução do CONAMA nº 307/2002.

ITEM G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- O site da Prefeitura Municipal não disponibiliza os pareceres prévios emitidos por este Tribunal de Contas, contrariando o art. 48 da LRF, e recomendação expressa desta Corte nas contas de 2016 (TC-004051.989.16-8).

ITEM G.2. FIDELIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- Como demonstrado no item B.1.5. deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp.

ITEM G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

- A Prefeitura Municipal não dispõe de Política de Segurança da Informação e ainda não regulamentou o tratamento de dados pessoais segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018).

ITEM H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

- Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o município poderá não atingir diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

De acordo com o relatado pela fiscalização, o Executivo cumpriu a aplicação mínima constitucional na manutenção e desenvolvimento do Ensino geral (MDE), indicando investimentos que corresponderam a 25,48% da receita de arrecadação e transferência de impostos durante o período.

A fiscalização também identificou que foram realizados investimentos correspondentes à totalidade das verbas do FUNDEB dentro do exercício e, ainda, que foram destinados 88,35% desse montante à valorização dos profissionais do magistério.

Os investimentos na Saúde superaram o mínimo constitucional, alcançando 28,85% do valor da receita e transferências de impostos.

A execução orçamentária apresentou resultado superavitário, de R\$ 3,9 milhões, equivalente a 11,52% das receitas arrecadadas, registrando-se alterações orçamentárias equivalentes a 28,41% da despesa autorizada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 34.144.587,27	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 29.272.713,81	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.248.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 311.245,95	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 0,00	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 3.935.119,41	11,52%

O resultado financeiro do final do exercício foi positivo, em R\$ 5,1 milhões, acompanhado de superávit econômico de R\$ 7,2 milhões e crescimento de 24,13% do Saldo Patrimonial.

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 5.113.754,34	R\$ 1.178.634,93	333,87%
Econômico	R\$ 7.218.113,47	R\$ 2.303.225,59	213,39%
Patrimonial	R\$ 39.961.066,58	R\$ 32.192.430,69	24,13%

A fiscalização verificou que a Municipalidade ostentava liquidez em face dos seus compromissos de Curto Prazo e não possuía dívida fundada.

Conforme informado, a Prefeitura não ostentava Precatórios a pagar no período e quitou a totalidade dos Requisitórios de Baixa Monta, constando críticas sobre falhas nos registros contábeis desses compromissos.

A inspeção atestou o recolhimento formal dos Encargos Sociais devidos ao INSS, PASEP e FGTS, além da inexistência de RPPS ou de parcelamentos vigentes.

Certificou a UR-17 que a transferência de recursos financeiros à Câmara obedeceu às regras previstas no art. 29-A da Constituição Federal.

Foram atendidos os limites e condições estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive no que tange à Despesa de Pessoal, a qual representava 41,58% da Receita Corrente Líquida no 3º quadrimestre (despesas de R\$ 12.785.530,42 frente à RCL de R\$ 30.751.435,12).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



A inspeção apurou que os Subsídios dos Agentes Políticos foram processados em conformidade com a legislação local, sendo revistos em percentual compatível com a inflação e com paridade, de índice e data, em relação aos demais servidores, tendo o Prefeito providenciado a restituição, devidamente corrigida, de valores recebidos à maior.

No que tange às regras fiscais direcionadas ao último ano de mandato, observa-se que foi dado cumprimento ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, existindo cobertura financeira frente às obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres (Liquidez em 31/12 de R\$ 6.095.217,05).

Não foram realizadas operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, em conformidade com o disposto na alínea *b* do inciso IV do art. 38 da LRF.

Houve diminuição de 0,32% nas despesas de pessoal nos últimos 180 dias do mandato, com atendimento ao previsto no art. 21, II, da LRF.

Relativamente às restrições previstas na Lei Eleitoral, anotou a inspeção cumprimento das regras afetas a alterações remuneratórias e ausência de despesas com publicidade e propaganda oficial.

Registrou, no entanto, a instituição de novo programa de benefício fiscal, decorrente da Lei Municipal nº 1.933, de 03 de março de 2020, que estabeleceu remissão de juros e multa aos devedores de quantias inscritas em Dívida Ativa, em contrariedade ao art. 73, § 10º, da LF nº 9.504/1997.

Citou, ainda, que tal medida não observou as disposições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, por caracterizar renúncia de receitas.

Quanto às estratégias para enfrentamento da pandemia, os acompanhamentos realizados pela inspeção não identificaram irregularidades no registro de receitas e despesas, apurando-se que o Executivo elaborou o Plano Municipal de contingência e promoveu ações de orientação aos municípios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



Procedeu-se à notificação do responsável pelas contas através do DOE de 25/06/2021 (evento 77), o qual também foi notificado pessoalmente, por ocasião da inspeção local, para acompanhar a movimentação processual por meio de despachos e decisões publicadas na Imprensa Oficial (evento 70.2).

O interessado compareceu no evento 102.1 aduzindo, em linhas gerais, a regularidade da gestão e o caráter formal das ocorrências relatadas, havendo o interesse da gestão em corrigir as desconformidades anotadas.

Ofertou esclarecimentos sobre os aspectos operacionais, anunciou correções nos registros de Precatórios e disse que a pendência em conciliação bancária decorre da necessidade de aguardar a conclusão de processo judicial que busca recompor o erário atingido por fraude bancária.

Quanto ao programa de benefício fiscal, afirmou que a edição da Lei Municipal nº 1.933/2020 buscou incentivar os munícipes a quitarem débitos inscritos na Dívida Ativa, com foco no aumento das fontes de receitas próprias ante o cenário de incerteza ocasionado pela pandemia.

Alegou, ainda, que a remissão de juros e multas não se insere no conceito de Renúncia de Receitas, havendo, de outra parte, crescimento da arrecadação e amparo em liminar concedida pelo Supremo Tribunal no âmbito da ADI 6357, que suspendeu a incidência do art. 14 da LRF durante o estado de calamidade.

Pede, no desfecho, pela aprovação das contas, juntando documentação complementar nos eventos 102.2 a 102.16.

Assessoria Técnica se manifestou sobre os aspectos **econômicos** (evento 114.1) e **jurídicos** (evento 114.2) dos demonstrativos e opinou pela emissão de parecer favorável, considerando o cenário de atendimento aos vetores da responsabilidade fiscal e cumprimento dos principais aspectos constitucionais e legais que norteiam a análise da matéria, opinião que foi secundada por sua **Chefia** (evento 114.3).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete da Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Substituto de Conselheiro Auditor Samy Wurman



Para o **Ministério Público de Contas**, a criação de programa de benefício fiscal contrariou restrições legais aplicáveis ao ano do pleito, impropriedade corroborada pela ausência de estudo sobre o impacto econômico-financeiro da renúncia de receitas, concluindo pela emissão de parecer desfavorável (evento 119).

Registro a situação das últimas contas apreciadas nesta e. Corte:

Exercício	Processo	Parecer
2019	4627.989.19-7	Favorável com recomendações – DOE de 14/05/2021
2018	4286.989.18-1	Favorável com recomendações – DOE de 09/06/2020
2017	6529.989.16-2	Favorável com recomendações – DOE de 05/07/2019

É o relatório.

GCCCM/15